



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	Territorialização do abigeato na fronteira gaúcha
Autor	ARTHUR BORBA COLEN FRANÇA
Orientador	ADRIANA DORFMAN

Distintas forças de repressão podem ser observadas agindo contra uma rede de contrabando que atua na fronteira Brasil-Uruguai, a de gado e seus subprodutos. Nesse trabalho exploram-se as diferentes territorializações do contrabando e sua repressão, examinando o circuito de gado e seus subprodutos. Esse contrabando acontece desde o começo da ocupação europeia na região, no século XVIII, e sua análise permite a exploração das influências da tradição na territorialização e na viabilidade do contrabando. Territorialização deve ser entendida aqui como as projeções materiais e comunicacionais de agentes/atores específicos no espaço, suas estratégias para controlar ou influenciar o espaço visando seus objetivos concomitantemente com outros projetos territoriais.

Essa discussão é baseada nos resultados da pesquisa “Territorialização do Contrabando no Cone Sul: agentes, redes e normas”. A metodologia inclui extenso trabalho de campo, coleta de dados primários e secundários em agências de segurança e aduanas, entrevistas com informantes qualificados, revisão bibliográfica, produção e análise de cartogramas e classificação de notícias.

Os objetos principais na análise espacial do contrabando são mercados, seus limites geográficos delimitados por barreiras tarifárias e não-tarifárias, aparatos de controle ligados a eles e localizados em pontos de entrada, as rotas que fazem a comunicação entre os mercados e o posicionamento dos atores envolvidos no próprio contrabando.

Nessa análise, os principais atores são os produtores, consumidores, contrabandistas, agentes aduaneiros e gestores atuando nas escalas relevantes. Atores auxiliares são a mídia e outros formadores da opinião pública, além de distintos grupos de pressão. Nota-se, também, que os atores (coletores de impostos das diferentes organizações e posições hierárquicas, produtores agrícolas, motoristas de caminhões, cidadãos locais) ocupam mais de uma posição nessa intrincada rede de poder.

Evidentemente, redes sociais e de poder vêm à tona também no momento de aplicação da lei: dependendo de quem são os atores envolvidos no contrabando, os agentes locais não são capazes de implementar a lei e reprimir estes trânsitos. A vizinhança é, neste caso, tanto o fator que leva ao conhecimento dos fluxos quanto o de não poder perturbá-los.

O mercado de carne, couro e lã, portanto, é permeado de regionalidade, tanto na economia quanto na imaginação geográfica sobre a região fronteiriça; essas redes incluem líderes locais e seus subordinados, em relações por vezes baseadas na violência, favores e informalidade nas trocas, usufruindo das vantagens do comércio fronteiriço sem chamar a atenção dos agentes de segurança, da imprensa e da opinião pública. Redes locais organizadas em fluxos tradicionais e relações de poder podem passar despercebidas, e a capacidade finita do controle aduaneiro e do poder regulador do Estado são direcionados para redes de contrabando menos protegidas. Conclui-se que as redes envolvidas, sua territorialização e relação com a economia e poder locais são fatores determinantes no grau de repressão a essas práticas.